

Respire Fundo e Metanóia no Capitalismo!

Maria Alice Nunes Costa

Pós-Doutorada em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC, Portugal).

Em maio de 2011, fui convidada pelo gestor e consultor empresarial italiano Paolo D'Anselmi, para estar em um Congresso Internacional sobre Responsabilidade Social Corporativa, na Finlândia (Lahti), para fazer uma crítica ao seu livro recém-lançado "Values and Stakeholders in an Era of Social Responsibility. Cut-Throat Competition?". Foi através deste livro, que me dei conta de que existem as chamadas partes interessadas das empresas que são desconhecidas pela maioria das organizações, no qual o autor as denomina de unknown stakeholders (partes interessadas desconhecidas). Hoje, este desconhecimento pode trazer grandes problemas na operação de qualquer empreendimento empresarial. De outra forma: desconhecer e não estabelecer o diálogo social com os envolvidos nos negócios pode resultar em custos milionários para a implantação de projetos empresariais.

Quando nos deparamos com o conceito de unknown stakeholder, proposto por Paolo D'Alsemi, precisamos nos reportar a importância da Teoria dos Stakeholders, tão aclamada no mundo empresarial. Essa teoria foi enriquecida e aprimorada ao longo dos anos oitenta do século passado e, hoje, a definição quase consensual consiste na ideia de que o gerenciamento das empresas deve ser pautado nos interesses de todas as partes interessadas (trabalhadores, gestores, fornecedores,

clientes, meio ambiente, governo, políticos, comunidade local, legislação e regulação) envolvidas com a empresa, e não somente centrada nos interesses dos acionistas/proprietários.

A Teoria dos Stakeholders é uma teoria pragmática que dirige o seu olhar da seguinte maneira: a empresa – agente central econômico e financeiro – e as partes interessadas – a cadeia produtiva envolvida nos impactos dos negócios das empresas. Esta definição dos stakeholders (Evan & Freeman, 1993; Carrol, 1991; Donaldson & Preston, 1995; entre outros) deve-se a compreensão de que todas as partes interessadas podem beneficiar ou prejudicar as empresas, pois os stakeholders têm o poder para afetá-las, em alguma medida. Portanto, é necessário que as empresas tenham respostas (responsabilidade social) para com os direitos e reivindicações de todas as partes interessadas que afetam as empresas.

A partir dessa concepção, algumas dúvidas vêm ocorrendo, que podemos resumir numa questão: Quando os interesses de alguns stakeholders são incompatíveis com os interesses lucrativos imediatistas das empresas, como equilibrar ou resolver os trade-offs entre esses interesses conflitantes?

Os autores Evan e Freeman (1988), diante desse questionamento, enveredaram pelo caminho da filosofia kantiana e democrática afirmando que, todos os stakeholders devem ser

tratados igualmente. Contudo, sabemos que, na prática, a tomada de decisões em uma empresa não responde de maneira igualitária a todos os stakeholders, nem tampouco aos acionistas minoritários. As decisões são tomadas dentro de um sistema de ponderação embebido de subjetividades e, em última instância, determinada pela maximização dos interesses dos acionistas majoritários.

A Teoria dos Stakeholders, na maioria das vezes, ignora a existência cultural de algumas partes interessadas tornando-as desconhecidas em função da sua percepção e expressão intelectual e cognitiva limitada; ou, quando interpretada pelos gestores, a decisão é tomada pelo belo prazer ou conveniência de tornar essas partes interessadas invisíveis. No final, o que esses gestores acreditavam que iria sair barato, ficará ainda mais caro¹! Mas, eu creio que isso ainda é muito difícil de compreender, principalmente no Brasil, com instituições políticas e educacionais tão frágeis.

Hoje, principalmente as grandes empresas multinacionais e transnacionais se debatem sobre qual é o melhor modelo de Governança Corporativa a ser adotado. Contudo, mesmo com a participação de múltiplos stakeholders, a preocupação com estes e a sociedade permanecem centrali-

zados no poder econômico dos acionistas majoritários. As assimetrias de informações e de poder continuam em qualquer tipo de governança.

O problema não é novo. O termo governança² (governance) já foi abordado com a contribuição visceral de Ronald Coase, em 1937, no artigo “The Nature of the Firm”. Coase explicou, na Teoria da Firma, a existência de elementos conflitantes entre o Principal e o Agente. O bem-estar do Principal (que é o contratante) depende das ações tomadas pelo Agente (os gestores contratados). O agente pode ter outros objetivos em mente que não somente maximizar a riqueza daquele que o contratou (o principal). Os interesses dos agentes podem ser conflitantes, como a busca de status, altas remunerações, dentre outros interesses diferentes do Principal. O que torna difícil na relação entre principal e agente é que, envolve um esforço que não pode ser monitorado

²Registre-se que o uso do termo governance, importado do mundo das empresas para descrever protocolos de coordenação empresarial, seria aplicado posteriormente ao mundo do poder, dos governos e das organizações públicas, cujas variações em termos de contextos são fundamentais. Para o Banco Mundial, a definição de governance (governança ou governação) consiste “na maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país com vistas ao desenvolvimento.” (WORLD BANK, “Governance and Development”, 1992, p.1-3). Nos anos noventa, o termo vem intrinsecamente associado à capacidade governativa e passa a ser requisito indispensável para um desenvolvimento sustentável, conceito que incorpora ao crescimento econômico a equidade social e os direitos humanos.

¹Esses custos referem-se ao capital financeiro, ao capital reputacional, ao capital social e ao jurídico (legislação, licença social, conflitos de grupos que paralisam operações empresariais, dentre outros).

ou medido pelo Principal. Para Coase, a solução para este tipo de problema está em se requerer algum tipo de alinhamento de interesses de ambas as partes. Quando não há uma boa governança, se gera na firma, informações assimétricas, em que a parte mais informada na transação (os agentes) pode explorar a parte menos informada (o principal). Este comportamento oportunista dos agentes, devido à falta de fluidez e transparência de informações, pode ocasionar falhas de mercado, destruindo muitas empresas desejáveis.

Baseado nas ideias de Coase, Douglass North, o Prêmio Nobel de 1993 em Economia (1996), também criticou de forma contundente, a teoria das expectativas racionais, observando que as decisões humanas são tomadas a partir de motivações complexas. Segundo North, as organizações são os jogadores, e as instituições são as regras do jogo. As organizações são grupos de indivíduos unidos por uma finalidade comum para alcançar objetivos, como os partidos políticos, o Senado, os Tribunais, os conselhos, as agências regulatórias, as empresas, os sindicatos e outros. Já as instituições, ou regras do jogo, determinam os atos proibidos e permitidos às pessoas, podendo ser formais, como leis, regulamentos e contratos, e informais; como também, as regras invisíveis, envolvidas pela cultura de cada grupo social ou país.

Para North, as instituições ou regras do jogo informais são ainda mais importantes do que as regras formais e, são onipresentes, determinando desde as formas de interação mais singelas entre as pessoas, como o simples ato de cumprimentar alguém, até as múltiplas formas de relacionamento e de realização de transações.

Porém, ainda, na maioria das análises e estudos sobre Governança Corporativa, a empresa é vista racional e matematicamente sempre como o centro da constelação e da coordenação de interesses, subordinando indivíduos e grupos sociais minoritários ou com menor poder de decisão e desqualificando diferentes culturas. Portanto, a perspectiva do mundo corporativo continua visualizando o capital econômico e financeiro como agentes centrais do Planeta.

Ora, vivemos no sistema mundo capitalista e tudo bem (apesar de muitos e sérios problemas)! Contudo, a nossa atual lógica econômica continua a do capitalismo do século XIX. E alguns que lutam contra esse capitalismo, ainda usam estratégias e retóricas também do século XIX. Nesse modelo de sistema capitalista, o crescimento econômico negligencia, deliberadamente, o planeta, o território local e, principalmente, as pessoas que os ocupam e os põem em movimento. Houve algum avanço desde lá? Sim! Algumas organizações sabem que precisam ser transparentes,

que devem se envolver, escutar e ser socialmente responsável com todas e diferentes partes interessadas para, dentre outras razões, se prevenir de danos reputacionais e financeiros³. Alternativas estão surgindo como, por exemplo, a economia solidária, o mercado justo e a responsabilidade social corporativa. Mas, na maioria das vezes, constatamos que o equilíbrio do tripé da sustentabilidade (capital financeiro, social e ambiental) acaba fragilizado, diante do predomínio do poder econômico das corporações. Propostas tais como, Rio+20 e Metas do Milênio viraram uma panaceia e um mercado de certificações onde ninguém sabe aonde quer chegar. Ficamos rodando em círculos, atrás do nosso próprio rabo.

Alguns acreditam que estamos vivendo a emergência de um “novo espírito do capitalismo”, como Boltanski e Chiappello (2002). Os autores investigaram as atuais mudanças ideológicas que têm se feito acompanhar as recentes transformações do capitalismo. Se a lógica e as condutas são outras, importa compreendermos a (re) construção deste atual espírito capitalista.

Os autores apontam que um dos traços do capitalismo é a busca constante por adeptos ao sistema para legitimar-se perante estes. Cabe ao

espírito do capitalismo de cada época “apaziguar a inquietação suscitada pelas seguintes questões”: De que maneira pode o compromisso com o processo de acumulação capitalista ser uma fonte de entusiasmo inclusive para aqueles que não serão os primeiros a se aproveitarem dos benefícios realizados? Em que medida, aqueles inscritos no cosmo capitalista, podem ter a garantia de segurança mínima para eles e seus filhos? Como justificar, em termos do bem-comum, a participação da empresa capitalista e defendê-la, frente às acusações de injustiças? (BOLTANSKI; CHIAVELLO, 2002, p. 56).

Boltanski e Chiappello identificaram três espíritos do capitalismo, cada qual com sua própria argumentação do que é o “bem-comum”. Um no final do século XIX, onde essas argumentações giravam em torno do papel do progresso, da técnica e da ciência; o outro, a partir dos anos 30, com a emergência das grandes corporações, onde a justificativa se apoiava na solidariedade institucional, na distribuição do consumo, assim como na colaboração entre as grandes firmas e o Estado, em uma perspectiva de justiça social e liberal (2002). E o terceiro espírito do capitalismo surgiu a partir do movimento de Maio de 68. Nesta fase, passamos a criticar o capitalismo pela produção em massa, por suas grandes organizações burocráticas, hierárquicas, e pela falta de liberdade e de criatividade à qual as pessoas eram sujeitas.

³Ver RASKIN, Paul D. The Great Transition Today: A Report from the Future. Tellus Institute, 2006.

Contudo, esse movimento cultural não imaginava que as suas críticas seriam incorporadas ao capitalismo e, iriam impulsionar o surgimento de outro espírito capitalista mais relacional e “humano” com os indivíduos.

Como afirmam Boltanski e Chiapello, é nos anos noventa, que o capitalismo absorve a “crítica artística” produzida dos anos sessenta do século XX e, passa a adotar as ideias de inovação e criatividade neste novo capitalismo mais relacional.

Diante dessa constatação de mudança de espírito eu vislumbro outra alternativa: a metanóia da lógica do capitalismo (do grego, mudança de mentalidade). Ou seja, não falo apenas de uma mudança como Tomasi di Lampedusa disse em “O Gattopardo” (“Algo deve mudar para que tudo continue como está”). Não estou falando de apenas uma mudança; mas sim, também de um deslocamento do ponto de vista, da mentalidade, do espírito e do modus operandi do capitalismo. Olhemos para o oriente, para os contra hegemônicos, para os invisíveis ou desconhecidos. Ora, estamos no Terceiro Milênio! Tudo muda o tempo todo. E isso não é novidade. Heráclito, na Antiguidade Clássica, já tinha dito que a única coisa permanente na vida é a mudança.

Nosso atual esforço, de dentro do capitalismo, é o de tentar ultrapassar a visão logística centrada do poder econômico e tentar integrá-lo, efetivamente, na perspectiva planetária do que seja

sustentabilidade humana. A Economia existe para o Planeta, não é o Planeta que existe para a Economia. Portanto, urge um esforço quase hercúleo de equilibrarmos, de maneira equacionada, distributiva e integrada, os vetores econômico, social e ambiental no crescimento e no desenvolvimento econômico dos territórios em busca do bem-estar coletivo, da felicidade ou, até mesmo, da nossa satisfação egoísta ou da maximização do nosso próprio interesse. Mas, que seja sob uma perspectiva inteligente para o século XXI e, não a do século XIX!!! O capitalismo vai acabar, mas ainda vai demorar alguns séculos. Algumas partes estão com pressa. O problema é saber como determinar a correspondência entre a cota-parte de responsabilidade partilhada e a cota-parte das consequências a partilhar. Essas cotas raramente coincidem, na medida em que as consequências mais negativas tendem a atingir prioritariamente as populações e os grupos sociais com menor responsabilidade na concepção das ações que a provocaram.

Dessa forma, ao invés de olharmos o capital financeiro de maneira hipercentrada ou hiperatrofiada, precisamos de uma visão ontológica do ser urbano no tripé sustentável deste capitalismo. E, portanto, o ser urbano aqui centraliza e ressalta a perspectiva teleológica da convivência nos territórios nas suas diferentes dimensões do meio ambiente local, nacional, transnacional, supranacional e planetário. Estamos

falando de uma responsabilidade social dos territórios para com o território em escalas diferenciadas e alargadas. Território compreendido como aquela instância que contem dentro de si, a dinâmica dialética de todas as instituições produzidas pela reflexão, ação e intervenção humana.

Ao continuarmos olhando as empresas e o capital financeiro como atores centrais ou mirando apenas os lucros imediatos, estaremos reproduzindo a lógica da subordinação do ser urbano ao vetor econômico, num tripé falacioso da sustentabilidade. Portanto, é necessário a metanóia da responsabilidade social das corporações e do lucro. O lucro não é pecado! Mas precisamos, não só ampliar, mas realizar o deslocamento de visão e descortinar aqueles que são realmente mais importantes e centro de todas as intervenções econômicas, sociais, culturais e ambientais: nós, as pessoas.

Assim, proponho dois questionamentos: Quais as consequências para a Economia, no sentido Polyiniano⁴ e amplo do termo, quando atuamos através da financeirização do capital como agentes centrais do desenvolvimento econômico? Será que conseguiremos olhar, de maneira correta, todas as partes interessadas ao entorno, no eixo e em todas as dimensões complexas e sistêmicas da sustentabilidade da Economia planetária?

⁴Ver livro de Karl Polanyi, *A Grande Transformação: as origens de nossa época*.

Aqui, nos cabe saber o que é ver e, olharmos corretamente. Existem aqueles que não queremos ver ou que não conseguimos ver. Assim, eles nos tornam invisíveis, ausentes ou desconhecidos. Ver, de maneira correta, não significa ver o que é apropriado, o que funciona ou o que está em sincronia com dada realidade. Ou seja: Ver ou não ver, eis a questão. Se, somos capazes de ver ou não ver, isto por si só consiste de alguma forma, em uma pulsão que nos motiva a traduzir esse olhar e essa realidade que nos envolve e nos movimenta.

Se os empresários, gestores ou lideranças políticas quiserem ver, de maneira correta, precisam estar em contato com a realidade concreta em oposição a serem enganados pelos seus próprios preconceitos, lógicas, pensamentos e crenças. Desta forma, só podem ver a realidade e à Economia de maneira fragmentada ou congelada.

Ver, de maneira correta e ampla, é olhar à luz do fluxo constante, do fluxo do mundo, de maneira dinâmica e dialética que deriva da totalidade e da interdependência de todos e de tudo. Nada é deixado de fora. Precisamos nos confrontar com aquilo que não podemos ver ou não queremos ver. Esta é uma decisão política, filosófica e econômica.

E para vermos as pessoas, o mundo, a Economia, as empresas, a prosperidade e o desenvolvimento econômico, temos

que deslocar a nossa visão (a metanóia). Ver o todo requer a decisão de despertar para a compreensão da realidade e do mundo em que vivemos. E esta compreensão excede, em muito, a nossa compreensão da racionalidade dos séculos passados. As empresas, o capital e a Economia não são independentes no Planeta, nem tampouco a linha central da ação e do pensamento humano.

Aqui podemos elucidar esse pressuposto com o mito da caverna de Platão, de uma maneira um pouco diferente. Imagine o reflexo de algo no espelho. O reflexo não é de modo algum a coisa que parece ser. O reflexo está vazio da existência desta coisa. O reflexo ou a imagem no espelho é de todas as maneiras e em todos os aspectos, vazio da existência da coisa que parece ser. Porém, quando se estabelece o encontro da coisa com o espelho, o reflexo aparece, apesar de fato ser algo falso. E, quando retiramos a coisa de frente do espelho, o reflexo desaparece, embora tenha sido algo falso o tempo todo. Isso nos mostra que a falsa existência de uma coisa não impede a sua atuação ou o seu funcionamento.

Quando olhamos o lucro imediato ou as finanças como eixo central e coordenador da Economia, podemos cair na falácia de não conseguirmos ver outras dimensões fundamentais e, concluímos, na sua inexistência por mero desconhecimento e ignorância. Segundo o sociólogo português Boaventura

de Sousa Santos (2000), existem dois tipos de imaginação distintos da “sociologia das ausências”: a imaginação epistemológica e a imaginação democrática. A imaginação epistemológica nos permite ampliar a nossa visão, na medida em que podemos ver a existência de uma diversidade de saberes, perspectivas e diferentes escalas de identificação, análise e avaliação de práticas. A imaginação democrática vai nos permitir reconhecer que existem diferentes práticas e atores sociais. De acordo com o autor, se o mundo é uma totalidade inesgotável, cabem nele muitas totalidades, todas necessariamente parciais, ou seja, todas as totalidades podem ser vistas como partes e todas as partes como totalidades.

Portanto, desvendar a realidade concreta da variedade de formas de nossos capitalismo significa, simultaneamente, um trabalho intelectual, político e emocional. A atual crise financeira e a nossa racionalidade ocidental hegemônica tem nos demonstrado uma ininteligibilidade da visão da realidade contemporânea, reduzindo-a ao que é traduzível por nossas zonas de conforto. A questão central da metanóia, de que vos falo, é a perspectiva de que tudo ao nosso redor está fundamentalmente interconectado e são interdependentes. Cada ser, fato ou coisa, aparentemente separada, é meramente uma expressão única de uma realidade vasta e indivisível.

REFERÊNCIAS:

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. El nuevo esprito del capitalismo. Madri: Akai, 2002.

CARROL, A.B.. The pyramid of corporate social responsibility: towards the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, July/August, 1991.

COASE, R.H. The nature of the firm. *Economica*, Blackwell Publishing, v.4 (16), 1937.

COSTA, Maria Alice Nunes. Teias e tramas da responsabilidade social: o investimento social empresarial na saúde. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2011.

D'ANSEMI, Paolo. Values and Stakeholders in an Era of Responsibility. *Cut-Throat Competition?*. UK: Palgrave Macmillan, 2011.

DONALDSON, T. & PRESTON, L.E.. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, 20, 1995.

EVAN, W.M. & FREEMAN, R.E. A stakeholder theory of modern corporation: Kantian capitalism. In T.L. BEAUCHAMP e BOWIE, N.E (Eds.), *Ethical theory and business*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1993.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi Di. *O Gattopardo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

NORTH, D. "Epilogue: economic performance through time", em *Empirical Studies in Institutional*

Change, Alston L., Eggertsson T., North D., (eds.), Cambridge University Press, Cambridge, 1998(1ed. 1996).

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação - as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

RASKIN, Paul D. *The Great Transition Today: A Report from the Future*. Tellus Institute, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In SANTOS, Boaventura (org.) *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Ed. Afrontamento, 2000.

WORLD BANK, *Governance and Development*, Washington DC, 1992.

Maria Alice Nunes Costa

É Cientista Política e Socióloga. Pós-Doutorada em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC, Portugal); Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ); Mestre em Ciência Política (UFF). É Professora da Universidade Federal Fluminense nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Direito e no Programa Sistemas de Gestão e Sustentabilidade. É Pesquisadora Associada do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Rio de Janeiro) e do CES (Centro de Estudos Sociais, Portugal).